

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.914 - ES (2019/0301100-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : A DA S R
ADVOGADOS : LAURO VIANNA CHAVES JUNIOR - ES022486
LINDEMBERG DE OLIVEIRA JACINTHO JUNIOR - ES024179
TAÍS XAVIER DE CASTRO FARIA - ES024960
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido de liminar, interposto por A DA S R contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo (HC n. 0010599-38.2019.8.08.0000).

Extraí-se dos autos que o recorrente foi preso temporariamente em 27/3/2019 pela suposta prática do delito tipificado no art. 217-A do Código Penal (estupro de vulnerável). Referida custódia foi convertida em prisão preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário, cuja ordem foi denegada, nos termos do acórdão assim ementado:

EMENTA: *HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - PRISÃO PREVENTIVA - PEDIDO DE REVOGAÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP - ORDEM DENEGADA. 1. Extraí-se dos autos e das informações trazidas pelo magistrado a quo que os requisitos para o encarceramento do paciente se encontram presentes, assim como o fummus comissi delicti, identificado na existência incontestada do crime e indícios suficientes de sua autoria. 2. Ordem denegada (fl. 179).*

No presente recurso, aponta estarem ausentes os requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal de modo que a imposição da custódia cautelar não estaria suficientemente justificada e pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Ressalta as circunstâncias pessoais favoráveis do recorrente e afirma que os depoimentos prestados até então comprovam ser impossível a ocorrência do delito.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela expedição de alvará de soltura, se for o caso com aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319 do

Superior Tribunal de Justiça

Código de Processo Penal.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Solicitem-se informações ao juízo de primeiro grau e à autoridade apontada coatora, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, quando for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator